



---

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019**

Data: 22/11/2019 Local: Espaço Energia

Campo Grande – MS

**CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO**

Sebastião Dussel	Conselheiro Titular - Fiems
Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Eliamar José	Conselheira Titular - Rural
Erivaldo Marques	Conselheiro Titular - Residencial
Dídimo Cabral	Conselheiro Titular – Poder Público
Denise Simões	Secretária Executiva - Titular
Maria Rita Barcellos	Conselheira Residencial - Suplente
Dian Brito	Secretário Executivo - suplente

**ENERGISA / CONVIDADOS**

Rodrigo Teixeira Machado	Analista da Energisa MS
Isabella Borges de Oliveira Silva	Coordenadora de Regulação Econômica da Energisa MS
Cristiane Ferreira	Agepan
Fernanda Mathias	Jornalista

---

**Secretaria Executiva do CONCEN**

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS  
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 14h12 do dia 22 de novembro de 2019, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº  
2 3901, Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi iniciada a 9ª Reunião Ordinária de 2019. A Sra.  
3 Rosimeire Cecilia da Costa, Presidente do Conselho, deu início à reunião, com a leitura da pauta,  
4 composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da Ata anterior; 2 - Aprovação de item do PAM 2020;  
5 3 - Assuntos Diversos: a) repasse dos eventos: Encontro Nacional e Audiências Pública.  
6 Palestra: Evolução da tarifa no EMS.- Isabella Borges de Oliveira Silva. A presidente declara aberta a  
7 reunião, com 1 – Aprovação da Ata anterior, considerando que todos a receberam em tempo hábil para  
8 leitura; Em seguida, na leitura da pauta, lembra que a capacitação que ocorrerá está prevista na REN  
9 451 e que no ano passado o tema foi a GD. 2 - Aprovação de item do PAM 2020; A presidente  
10 apresenta o saldo do Concen, menciona transferência de R\$ 85 mil em junho para Energisa, lembrando  
11 que será o momento de fazer uma nova, de R\$ 76.549,04, referente a junho, julho agosto, setembro e  
12 outubro, restando, ainda assim, saldo de R\$ 314.725,30 líquidos. Destaca que o PAM foi aprovado  
13 conforme ata, pede escusas e observa que ninguém lembrou, mas que, durante ação na semana  
14 anterior, para cadastramento da TSEE, em Dourados, em que esteve com o conselheiro Erivaldo,  
15 conversaram sobre o fim do mandato, em 2020 e que se deram conta de que não foi realizada  
16 audiência pública. Frisa que setembro é o último prazo para a audiência e que, com o aumento súbito  
17 em pauta, o interesse pelo Conselho aumenta. A última audiência foi há quatro anos na Fecomércio  
18 MS. Embora não esteja prevista no PAM já aprovado, a presidente pontua que consultou a  
19 SMA/Aneel, mencionando o esquecimento da audiência e que foi tranquilizada pela secretária, Sra.  
20 Fernanda, que destacou que o importante é dar publicidade para que eventuais interessados das cinco  
21 classes de consumo que integram a entidade se coloquem no processo. O Sr. Dussel defende que a  
22 classe residencial carece de respaldo técnico para sua representação. “Que seja representado pelo  
23 consumidor residencial, mas que abra possibilidade para uma assessoria técnica”. A presidente observa  
24 que o Concen conta com assessoria técnica, serviço prestado pelo consultor Ricardo Vidinich,  
25 prestação esta aprovada pelo Pleno do Conselho. A presidente fala sobre os gastos com publicidade,  
26 como divulgação do IASC, cujo orçamento inicial foi de R\$ 32 mil, dimensionando os elevados custos  
27 para ações como esta, explicando que o PAM nunca sofre grandes mudanças, mas existem exceções.  
28 Para setembro, será carregado valor maior, uma vez que só tem R\$ 9 mil e é o prazo limite para  
29 realização da audiência que precederá a nova eleição, sendo a posse dos novos conselheiros em 2021.  
30 “Então faremos adequação, prevendo valor a mais, e a Fernanda nos disse para enviarmos, sem  
31 problemas”. 3 - Assuntos Diversos: a) repasse dos eventos: Encontro Nacional e Audiências Pública.  
32 O Sr. Sebastião Dussel fala que foi à audiência sobre GD representando a Fiems e questiona se a fala  
33 da presidente, na audiência nacional, em Brasília, no dia 10/11, se deu em nome do Concen, uma vez  
34 que o posicionamento da Fiems é diametralmente oposto ao da Aneel. A presidente observa que há  
35 dois anos o assunto é discutido internamente e o posicionamento do Pleno é de que não pode haver  
36 favorecimento de nenhuma classe de consumo. O Sr. Dussel diz que a Fiems entende que não há  
37 sustentação técnica, que a Aneel discutiu de forma conceitual uma questão técnica e deixa registrado  
38 que a Fiems se coloca contrária à proposta. A presidente lembra que o posicionamento sustentado pelo  
39 Concen é de que não é contra energia solar, mas que desde que saiu a REN 482, o Conselho vem  
40 apontando a necessidade de correções e que, inclusive, cobrou do Sr. Carlos Alberto Calixto **Mattar**,  
41 superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição o equacionamento da questão por meio da  
42 tarifa binômica. “A gente se manifesta desde 2012 quando governo deixou de aportar R\$ 9 bilhões do  
43 Luz Para Todos, com impacto de 4,5%. Quanto mais se tem subsídios cruzados, mais se paga na

44 tarifa”. No que o Sr. Dussel observa que está em sua quarta reunião representando a Fiems,  
45 apresentando contribuições, que iria falar no dia da audiência, mas percebeu que seria repetitivo, e sua  
46 diretoria que entendeu não ser oportuno se posicionar no momento. “Entendo que não vamos debater o  
47 assunto aqui, mas quero reforçar que o trabalho da Aneel não tem consistência técnica e temos “n”  
48 outros argumentos para contestar. Que a gente defende que o consumidor gerador pague o uso do fio  
49 B, defendemos, mas não na integralidade. Porém, o discurso de que o gerador está produzindo perda  
50 não tem fundamento porque quando injeta excedente não é carimbada a destinação. Somos favoráveis  
51 ao pagamento do fio B, mas não na integralidade e sim mediante um serviço de engenharia para  
52 calcular isso”. A Sra Rosimeire reforça que a questão deve ser resolvida sem que o ônus seja levado ao  
53 consumidor, que o projeto sobre o tema, assinado pelo deputado Silas Câmara já está no Congresso e  
54 que o alertou de que é preciso apontar a fonte de recursos para fazer frente ao incentivo. “Ninguém é  
55 contra incentivo, mas não é na fatura, é no governo federal, BNDES, tesouro nacional. O Concen não  
56 pode ser favorável a nada que onere o consumidor, mas a Fiems como instituição, a CNA e Famasul  
57 podem defender seus interesses”. A presidente lembrou que o prazo para contribuições à AP foi  
58 prorrogado para 30/12 e que a proposta do Concen é trabalhar o residencial que tem direito, inclusive,  
59 não a 10 e sim a 15 anos de incentivo e não atuar em defesa de casos específicos como fazenda de  
60 energia solar. O Sr. Dussel manifesta novamente discordância, arguindo que não há perdas de receitas  
61 para distribuidoras e alega que se os subsídios serão discutidos isso deveria ocorrer de forma mais  
62 ampla e não focando a energia solar. A presidente concorda que é preciso rediscutir todo o modelo,  
63 uma vez que hoje o valor do MWh não reflete a realidade. O Sr. Dídimo lembra que é preciso trazer  
64 questões que impactam o sistema à luz, exemplificando projeto que prevê subsídio para 8,5 horas de  
65 irrigação que pode provocar forte pressão e o consumidor não está entendendo. O Sr. Dussel alega que  
66 o Sr. Vidinich está defendendo a posição da distribuidora, que não é a pessoa ideal para falar da  
67 questão, que é preciso trazer pessoa neutra, de universidade que seja técnico, não seja prolixo e que  
68 leve a mensagem às pessoas mais simples. O Sr. Dídimo faz um aparte ressaltando que é uma questão  
69 política e que as defesas das instituições deve ser feita dentro da Aneel, por escrito, até 30/12. O  
70 conselheiro do Poder Público e a representante da Agepan, Sra Cristiane asseguram ao Sr. Dídimo que  
71 o discurso não é de que a GD é o “patinho feio”. O Sr. Dussel manifesta descontentamento com a  
72 Aneel que, afirma, “até um mês achava que era a única agência que funcionava”. A Sra Cristiane diz  
73 que ainda é a que funciona. A presidente explica que sua manifestação na AP foi formulada tendo  
74 como base a nota técnica assinada pelo ministro Paulo Guedes e não o estudo do Sr. Ricardo e se  
75 compromete a distribuí-la. “Já nos manifestamos, há dois anos, mas cada instância pode contribuir,  
76 falei com a CNC que se manifestou em cima do Paulo Guedes, o assunto está na agenda regulatória  
77 18/19 19/20 e 20/21, ainda. Não é de agora, quando fizemos o Encontro Nacional, lá em 2016, a  
78 apresentação do diretor Reivi, da Aneel foi em cima de energia solar”. A presidente pondera que a  
79 tarifa binômica pode resolver o problema, embora não sem causar impacto. O Sr. Dussel faz proposta  
80 de que os posicionamentos do Concen sejam alinhados antes nas reuniões e os conselheiros os  
81 informam de que é justamente esse o protocolo. Ele questiona ao Sr. Erivaldo se ele tinha  
82 conhecimento de que o consultor Vidinich iria defender a tarifa binômica e este responde  
83 afirmativamente. A Sra Rosimeire explica ao Sr. Dussel que a agenda regulatória está sendo seguida,  
84 exemplificando que o Fator X estava em audiência e foi alinhada manifestação conjunta junto da  
85 Aneel. Ela cita o desafio de aglutinar temas correlatos para ampliar as discussões, citando que a Aneel  
86 já fez isso em uma ocasião e o documento para avaliação reuniu 500 páginas. “A gente acompanha,

87 mas segue algumas diretrizes para definir os assuntos”. “Colocamos no PAM gasto de viagem para que  
88 possamos acompanhar temas importantes da agência regulatória”, observou Dídimo. Só na área de  
89 distribuição, exemplificam os conselheiros, são 88 itens e dentre as prioridades eleitas pelo Concen  
90 está a tarifa binômia. O Sr. Dussel, então, solicita que sempre que o Concen participe de audiências ou  
91 ações representando a opinião do coletivo faça, posteriormente, uma apresentação para nivelar  
92 conhecimentos. Mais uma vez, os demais conselheiros observam que é o que tem sido feito a cada  
93 reunião. A Sra. Rosimeire lembra que nos dias 02 e 03 de dezembro participa em Cuiabá (MT) do  
94 Encontro de Procons do MT que terá como tema “A Prestação do Serviço de Energia Elétrica no Mato  
95 Grosso”. Seguindo em Assuntos Gerais, a presidente lembra que o Concen atua fortemente nas ações  
96 da TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), desde o ano passado, após o então presidente em  
97 exercício, Michel Temer, assinar portaria estabelecendo que os consumidores da BPC deveriam ser  
98 visitados, afim de investigar, como prova de vida. Além do BPC, o outro banco de dado acessado na  
99 ocasião era do CadÚnico, onde constam pessoas que recebem bolsa família e as pessoas abaixo da  
100 linha da pobreza, em relação à lei orgânica da assistência social. “Ficamos preocupados, o Concen  
101 pediu reunião com SAS e aqui tínhamos 4,9 mil pessoas potenciais e fomos descobrir que várias não  
102 estavam na TSEE”. O que ocorria era que, ao se inscrever no CadÚnico, em vez de ofertar o BPC, a  
103 pessoa informava o NIS, fazendo com que, no cruzamento de dados, não fosse reconhecido o direito,  
104 uma vez que é preciso ter renda inferior a R\$449. Porém, a legislação prevê que todas as pessoas com  
105 LOAS têm o direito. Neste sentido, foram feitas várias gestões do Concen e encontrados casos de  
106 distorções. Em ação na última semana, na aldeia Jaguapiru, em Dourados, o Concen teve a notícia,  
107 pelo sr. Paulo Lelis, técnico de medição da Energisa, de que a Aneel autorizou o enquadramento  
108 automático das famílias indígenas como baixa renda e não rural, conforme classificação de UC que se  
109 apresentar mais vantajosa a estes consumidores. Isso porque, no enquadramento como rural foi  
110 constatado, por exemplo, caso de família cuja fatura estava em R\$ 570,00. “Fizemos expediente agora  
111 que detectamos discrepância e levamos à SRT, recebemos esse memorando. O pedido foi para que as  
112 distribuidoras pudessem alterar de ofício classificação da UC se verificarem, conforme estabelece o  
113 artigo 53w inciso 2 da REN 414, que traz mais benefício ao consumidor, ainda que sem pedido deste.  
114 Isso em consonância com a Lei 2.212 de 2010, marco legal da tarifa social. Isso porque, além de  
115 estarem classificados errado, a classe rural teve subsídio descontinuado via CDE (saiu 10% este ano).  
116 A Aneel manifestou concordância com as ponderações e esta é uma conquista do Concen”. O Sr.  
117 Dídimo observa que a Lei já permitia, mas agora a Aneel se manifestou. A Sra Denise disse que não  
118 havia autonomia para fazer a mudança automática de enquadramento da UC. A presidente observou  
119 que há várias situações, muitas unidades multifamiliares concentradas em um medidor, que a Aneel  
120 autorizou instalação de mais medidores nestes casos. Para dar suporte à solicitação, o Concen juntou  
121 um dossiê feito pela Energisa, tempos atrás. Lembra, ainda que no início de 2020 está prevista a  
122 implementação da busca incentivada em parceria com a SAS de Dourados, considerando que existem  
123 CRAS nas aldeias O Sr. Eivaldo pergunta se haverá cópia para as aldeias para conhecimento, e a Sra  
124 Rosi disse que será levado ao capitão, mas primeiro será falado com a Energisa, que há dois anos  
125 tentava fazer o reenquadramento, mas recebia negativas da Aneel durante consultas. Manifesta a  
126 preocupação e necessidade de trabalho de uso consciente da energia elétrica junto das aldeias, bem  
127 como a própria integridade dos funcionários que fazem cortes, menciona que na ocasião de visita à  
128 aldeia de Dois Irmãos do Buriti foram observadas lâmpadas acesas dioturnamente. Encerrada a pauta  
129 da reunião ordinária, tem início a Palestra: Evolução da tarifa na EMS, proferida pela sra Isabella

130 Borges de Oliveira Silva. Ela justifica a capacitação, explicando que junto da Aneel são  
131 acompanhados todos os processos de RTE e existe na REN 415 previsão de 16 horas anuais de  
132 treinamento para os conselheiros, por meio da concessionária. “Estou há seis anos no setor e houve  
133 muitas mudanças, aprendo muito e contribuições corroboram com nossa formação”. Sexto maior grupo  
134 do País, a Energisa detém quase 10% do mercado no País, são 11 concessões, após aquisição da Ceron  
135 e Acre, os desafios foram ampliados. Passa à composição da tarifa, lembrando que a distribuidora  
136 exerce papel de arrecadar para os demais participantes do processo: geração, transmissão, encargos  
137 setoriais e impostos. Lembra que o serviço é sujeito somente à esfera federal, porém há várias  
138 tentativas estaduais de legislar, politizando o Setor Elétrico. O contrato de concessão prevê as normas,  
139 estabelecidas pela Aneel, órgão regulador criado pela Lei 9.427/1996 e cuja atuação é regulamentada  
140 pelo decreto 2.355/1997. O Sr. Dussel questiona como é feito o pleito na RTE e a Sra Isabella explica  
141 que o processo passou por mudanças nos últimos anos e não é feito um pleito e sim apresentado  
142 componentes de custos da parcela B, que a Aneel fiscaliza e autoriza ou não. O Sr. Didmimo pergunta  
143 como é feita a cobrança da Cosip para placa solar, como a distribuidora calcula. Isabella diz que até  
144 onde sabe é isento. O Sr. Dussel alega que é com base no que é demandado da rede e que para  
145 iluminação não há subsídio. O Sr. Dídimo pondera que o que é gerado para consumo próprio não é  
146 levado em conta e que é justamente isso que estabelece o padrão de consumo usado para a cobrança da  
147 Cosip. O Sr. Dian confirma que o que é consumido instantaneamente não passa pelo medidor, a  
148 empresa se compromete a apresentar essa informação solicitada pelo Sr. Dídimo. Sobre pergunta feita  
149 pelo Sr. Erivaldo, sobre o planejamento da compra de energia, a palestrante explica que os leilões de  
150 compra são feitos com cinco anos de antecedência, que com o arrefecimento da economia as  
151 distribuidoras ficaram com muita energia e a Aneel teve de criar mecanismos para ajustar essa relação,  
152 possibilitando a venda desta sobra no mercado de curto prazo. Passa a apresentação à explicação de  
153 encargos setoriais, instituídos para desenvolvimento do setor elétrico PROFINA, ESS e EER, TFSEE,  
154 P&D e PEE e CDE. O Sr. Erivaldo pergunta se na modalidade da GD aparecem encargos, a sra  
155 Isabella diz que atualmente nenhum encargo é cobrado da GD, a proposta da Aneel que comece a  
156 cobrar, porque está gerando energia, mas os outros custos ainda existem, ou seja, são compartilhados  
157 no condomínio. “A alegação é que hoje eu que não tenho acabo pagando por quem tem”, no que o Sr.  
158 Didimo sintetiza que quem tem da GD não paga algumas contas e como o sistema é um condomínio,  
159 os demais pagam. Sr. Dussel pondera que, por outro lado, a Aneel não explicou benefício que a GD  
160 traz, não causa impacto com perdas no sistema e tem efeito de vizinhança. “Meu excedente morre nos  
161 meus vizinhos e contribuo para reduzir a perda de todos e isso a Aneel não tabulou nessa conta, vamos  
162 fazer cálculo e engenharia. Hoje pagamos bandeira vermelha na medida em que cresce a GD, se reduz  
163 a necessidade de térmica para suprir o mercado e isso não está computado. Se tiver de pagar, vamos  
164 pagar, mas não imputar. Vamos calcular os impactos e benefícios”, defende. A Sra. Eliamar perguntou  
165 como a concessionária faz o cálculo dimensionando o público que está gerando energia. A Sra Isabela  
166 explicou que existe uma área focada exatamente na projeção do mercado, que leva em conta questão  
167 econômica, aumento da GD e clima, que é a questão mais difícil de prever. A presidente observa que  
168 existe clareza de que não quer a repetição do cenário em 2001, quando a orientação geral foi de  
169 economia e no ano seguinte o consumidor pagava a conta pelo excesso de energia contratada. E por  
170 esse mesmo motivo diz que não há o que comemorar quanto à mudança do cálculo da iluminação  
171 pública, agora escalonada por faixas de latitude, uma vez que a diferença do que foi dimensionado para  
172 este atendimento deve impactar nas contas. Segue a apresentação, a Sra. Isabella alerta que nos últimos

173 seis anos o impacto dos encargos setoriais veio em uma crescente. Considerando a EMS, a CDE subiu  
174 exponencialmente a partir de 2015, quando totalizou R\$ 121 milhões passando a R\$ 131,5 milhões em  
175 2018 e neste ano, valor parcial, R\$ 43,8 milhões. O impacto do sistema solar de R\$ 12,2 milhões, em  
176 2013, passa a R\$ 24,9 milhões. Encargos de empréstimo para e energia reserva, de R\$ 24,2 milhões a  
177 R\$ 63 milhões ano passado e R\$ 54,5 milhões em 2019. Quanto à CDE, que deve atingir R\$ 20,2  
178 bilhões em 2020, sendo 1,51% a parcela da EMS, a maior parte do peso é dos subsídios. Também há o  
179 CCC (custo de combustível sistemas isolados), R\$ 6,3 bilhões e para baixa renda R\$ 2,3 bilhões.  
180 Quanto à evolução da matriz energética, em 2010 eólica representava 0,4%, agora 9% (Brasil). Solar  
181 foi de zero a 1%. Termoelétrica 15,8% a 25%; termonuclear 2,6% a 1%. E hidráulica caiu de 81,2% a  
182 64%. O Sr. Dussel observa que ainda há pouca geração solar e que é necessário diminuir a térmica,  
183 que é mais cara; a Sra Isabella assevera: “É caro, mas necessário e o que sustentou o País na crise”.  
184 Ainda conforme apresentação, a variação tarifária para compra da energia foi de 182 a 200 reais por  
185 Mwh de 2018 para 2019, tendo oscilado, principalmente: cotas garantia física (33% - aqui a presidente  
186 do Concen menciona a venda onerosa de bens já pagos, usinas); seguida de Itaipu, com oscilação de  
187 16%, devido ao dólar e 4% das térmicas, produzindo, no geral, efeito de 10% no valor de compra. A  
188 Sra. Isabella conclui que a parte que cabe à distribuidora representa um terço da tarifa de energia  
189 elétrica, a chamada parcela B. A tarifa é o resultado de dois fatores principais: custos para remunerar o  
190 sistema (geração transmissão distribuição e encargos e mercado de energia), que é a parcela A e a  
191 parcela B. O resultado é dividido nos níveis de tensão, sendo o custo do consumidor A1 o menor para  
192 a rede, enquanto BT é mais onerosa. Destaca que existem esforços para reduzir a tarifa, inclusive o  
193 Grupo de Modernidade Tarifária, que atua em busca de possibilidades, como a tarifa horária e tarifa  
194 binômia, a exemplo do que ocorre na telefonia. A expectativa é que, a exemplo da Europa, se pague à  
195 distribuidora pelo fio e, quando a lei da portabilidade estiver em vigor seja criada a figura da  
196 comercializadora. Destrinchando a tarifa, foi apresentado o ranking de tarifa média por componente,  
197 sendo: R\$ 226/MWh para compra; R\$ 168/MWh de tributos e de distribuição R\$ 130/MWh. Sobre a  
198 bandeira tarifária, que é sinalização sobre o custo para gerar energia, foi adotada para evitar que o  
199 consumidor arcasse com essa variação mais taxa Selic no ano seguinte, porém, em resposta à pergunta  
200 do Sr. Erivaldo, responde que os adicionais estipulados não têm sido suficientes para cobrir os custos,  
201 por isso as mudanças no sistema de bandeiras está em audiência. A presidente lembra que o Concen  
202 tem divulgado em sua página social do Facebook, todo início do mês, o card com o valor vigente  
203 considerando a bandeira e impostos, para que o consumidor se planeje. Isabella apresentou os gastos  
204 com energia conforme nível dos reservatórios, lembrando que quem despacha a bandeira é a ONS.  
205 Conforme comparativo tarifário, a tarifa média do Brasil é de R\$ 559 por MWh e no no centro-oeste  
206 R\$ 565/MWh, cconforme dados Aneel. Da mesma forma, os encargos na região são maiores, R\$  
207 133/MWh e no Brasil, a média é de R\$ 108/MW/h. Fica baixo somente das regiões Norte e Nordeste.  
208 Do montante, 30,8% são referentes ao custo da energia, 6% transmissão, 11,7% encargos, 19% ICMS,  
209 5,6% PIS e Cofins e 26,9% das distribuidoras. Nos últimos 12 meses, o aumento da tarifa foi de  
210 12,39%, reflexo dos custos mais caros em 3,99% e IGP-M elevado no período. Dos componentes do  
211 índice de reajuste, 9,32% referem-se à parcela A e 3,02% da Energisa. “Quanto ao ranking de tarifas, a  
212 EMS está entre as 15 do topo não é mais cara nem barata, com R\$ 0,61 por KWh”. Foi apresentado,  
213 ainda, gráfico com histórico das tarifas nos últimos 10 anos, sendo que o componentes que mais  
214 aumentou foi custo de energia 125%, seguido de encargos setoriais 33,7%, tributos 84,1%, distribuição  
215 43,4%, transmissão 60,5%, IGPM 79,1%, IPCA 76,9%. De 2009 para 2019 a tarifa passou de

216 385,30/MWh a 674,83/MWh. Quanto à variação do custo de transmissão, foi observado que houve  
217 pressão do segmento para mudança do sistema modal, após muitos anos sem que fosse revisto.  
218 “Trouxemos esse histórico para mostrar que a distribuidora tem sua participação, mas as onerações são  
219 aquém da gente, o sistema tem se politizado, tanto em âmbito nacional quanto estadual e podemos  
220 atuar em poucas coisas, como na CDE fiscalizar se todos os critérios estão sendo cumpridos, temos  
221 esse cuidado porque é onde podemos atuar, de questionar e ter conhecimento para questionar esses  
222 números”, resumiu Isabella. O Sr. Dussel parabeniza a apresentação e faz proposta para que Energisa  
223 traga em próxima reunião representante que fale sobre o que tem feito para reduzir seus custos, de  
224 operação na área tecnológica (exemplo: corte e religa à distância, centralização de call center). A  
225 presidente observa que é preciso avaliar cuidadosamente os chamados investimentos prudentes, que  
226 impactam na tarifa ao consumidor. E lembra que a Agepan atua no acompanhamento dessas melhorias,  
227 mas o Concen não consegue acompanhar a contento por conta da navegação dificultosa no site da  
228 Aneel. Procurar esses relatórios é difícil, mas há um trabalho sério da Aneel”. Isabella observa que ao  
229 assumir a concessão a EMS traçou um plano de ação e uma ideia é acessar esse escopo e apresentar  
230 aos conselheiros o que ficou aprovado para 2020. Por fim, a Presidente do CONCEN agradeceu a  
231 todos os presentes. Sem mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.



Rosimeire Cecília da Costa  
Presidente do CONCEN



Denise Simões  
Secretária Executiva do CONCEN